



# BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 401

São Francisco do Sul, 25 de março de 2016

Assessoria de Comunicação

## Boletim Oficial

### LEIS

LEI Nº 1.797, DE 4 DE MARÇO DE 2016.

INCLUI OS ELEMENTOS DE DESPESAS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao orçamento do corrente exercício, a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa 33 - Outras Despesas Correntes, nas seguintes Atividades:

#### 01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.01 – Câmara de Vereadores  
2001 – Manutenção das Atividades Administrativas do Poder Executivo  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários

#### 25 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25.001- Diretoria Administrativa  
2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCSIF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários

#### 26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

26.02 – Operação e Manutenção do Sistema de Água  
2060 – Manutenção do Sistema de Água  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários

#### 27 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001- Fundo Municipal de Saúde  
2070 – Manutenção das Atividades Administrativas  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação  
10200 – Rec. de Impostos e de Transf. Imp. Saúde

#### 30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores  
2079 – Pagamento de Servidores do IPRESF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta  
20301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor R\$ 706.400,00 (Setecentos e seis mil e quatrocentos reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016, combinado com o Inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.02 – Câmara de Vereadores  
2001 – Manutenção das Atividades Administrativas do Poder Executivo  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 94.000,00

#### 25 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25.001- Diretoria Administrativa  
2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCSIF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 64.000,00

#### 26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

26.02 – Operação e Manutenção do Sistema de Água  
2060 – Manutenção do Sistema de Água  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 127.400,00

#### 27 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001- Fundo Municipal de Saúde  
2070 – Manutenção das Atividades Administrativas  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação  
10200 – Rec. de Impostos e de Transf. Imp. Saúde.....R\$ 410.000,00

#### 30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores  
2079 – Pagamento de Servidores do IPRESF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação  
20301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência...R\$ 11.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 706.400,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

#### 01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.003 – Câmara de Vereadores  
2001 – Manutenção das Atividades Administrativas do Poder Executivo  
30000 – Despesas Corrente  
310000 – Pessoal e Encargos Sociais  
319000 – Aplicação Direta  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 94.000,00

#### 25 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25.001- Diretoria Administrativa  
2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCSIF  
300000 – Despesas Corrente  
310000 – Pessoal e Encargos Sociais

319000 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 64.000,00

#### 26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

26.002 – Operação e Manutenção do Sistema de Água  
2060 – Manutenção do Sistema de Água  
3190 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 127.400,00

#### 27.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27.001 – Fundo Municipal de Saúde  
2070 – Manutenção das Atividades Administrativas  
3000 – Despesas Corrente  
3100 – Pessoal e Encargos Sociais  
3190 – Aplicação Direta  
10200 – Rec. de Impostos e de Transf. Imp. Saúde.....R\$ 410.000,00

#### 30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores  
2081 – Pagamento dos Aposentados  
3000 – Despesas Corrente  
3100 – Pessoal e Encargos Sociais  
3190 – Aplicação Direta  
20301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência.....R\$ 11.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 706.400,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO  
Secretário Municipal de Finanças

LEI Nº 1.798, DE 4 DE MARÇO DE 2016.

INCLUI OS ELEMENTOS DE DESPESAS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao orçamento do corrente exercício, a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa 33 - Outras Despesas Correntes, na seguinte Atividade:

#### 10 – Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas

10.04 - Setor de Benefícios e Remuneração  
2014 – Manutenção do Programa de Gestão de Pessoas  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor R\$ 2.806.998,00 (dois milhões, oitocentos e seis mil e novecentos e noventa e oito reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016, combinado com o inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 10 – Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas

10.04 - Setor de Benefícios e Remuneração  
2014 – Manutenção do Programa de Gestão de Pessoas  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 2.806.998,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 2.806.998,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o Art. 2º, desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

#### 30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001 - Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores  
9777 – Reserva de RPPS  
7790 – Reserva do RPPS  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$2.806.998,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 2.806.998,00

Parágrafo único. Esta anulação se faz necessária para corrigir a Lei Orçamentária, devido ao erro de interpretação na elaboração do orçamento entre Déficit Previdenciário Atuarial do RPPS e Déficit Financeiro do RPPS, pois entenderíamos que se tratava de Déficit Financeiro do RPPS, e os repasses seriam contabilizados por Transferências Financeiras, onde não há execução orçamentária. Entretanto, no caso do nosso município, onde existe um Plano de Amortização dos Aportes periódicos para cobertura do Déficit Previdenciário Atuarial, estabelecido através do Decreto nº 2.320/2015, os repasses se caracterizam como Despesas Intraorçamentárias no Grupo de Natureza da Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, fazendo necessária a execução orçamentária e o registro da Receita Corrente Intraorçamentária na Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO  
Secretário Municipal de Finanças

LEI Nº 1.800, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

DIPÔE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMBATE E PREVENÇÃO À DENGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de São Francisco do Sul, o Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue, a ser coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde, através da Vigilância em Saúde.

§1º Quanto as medidas adotadas ao controle do vetor Aedes Aegypti, também contempla o vetor e hospedeiro Aedes Albopictus e outros que possam vir a causar risco à saúde humana.

§2º Toda pessoa deve adotar as medidas informativas, oriundas da autoridade em saúde para evitar a proliferação do mosquito, assim como permitir, facilitar e auxiliar a entrada e acesso do agente público no exercício da função.

§3º Fica instituído a Coordenação do Programa Municipal de Controle da Dengue e Endemias, devendo ser exercida por servidor efetivo de nível superior do Executivo Municipal, com formação em profissão da saúde, bem como instituído o Supervisor de Campo do Programa Municipal de Controle da Dengue e Endemias, devendo ser exercida por servidor efetivo do Executivo Municipal com capacitação na área de supervisão.

§4º Fica criado pelo Executivo Municipal o incentivo financeiro, a instituir por Decreto, gratificação pelo desempenho das funções citadas no parágrafo anterior, pelo desempenho, responsabilidade e complexidade das funções desempenhadas.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Saúde manterá serviço permanente de esclarecimentos sobre as formas de prevenção à dengue, inclusive disponibilizando linhas telefônicas para essa finalidade.

Art. 3º Em estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais ou outros, particulares, públicos ou privados, ficam os proprietários, locatários, responsáveis ou possuidores a qualquer gênero, obrigados a manter os reservatórios, caixas de água, cisternas ou similares, devidamente tampados, de forma a não permitir a proliferação do mosquito Aedes Aegypti e Aedes Albopictus, assim como adotar as demais medidas para evitar o acúmulo de água parada e o risco de proliferação do inseto.

Art. 4º Os proprietários e/ou responsáveis por borracharias, recauchutadoras, ferros-velhos, oficinas mecânicas, empresas de reciclagem, depósitos de contêineres, transportadoras, cooperativas de transporte, floriculturas, depósitos de material de construção, depósitos de estabelecimentos varejistas, construtoras com seus respectivos canteiros de obras e similares e por estabelecimentos que comercializam sucatas em geral, ou que sejam classificados e verificados como possuidores ou potenciais pontos de proliferação do Aedes Aegypti e Aedes Albopictus, ou outras pragas e vetores de interesse em saúde pública, deverão providenciar o acondicionamento dos materiais em caixotes e/ou estrados que possibilitem o fácil acesso para inspeção e verificação, devendo manter cobertura total para esses materiais ou outros meios, bem como realizar a manutenção e limpeza dos locais sob sua responsabilidade, providenciando o descarte ecologicamente correto de materiais que possam vir a se tornar inservíveis e que possam acumular água.

Art. 5º Os proprietários e/ou responsáveis por estabelecimentos e atividades constantes do art. 3º, deste Decreto, são considerados locais de risco e/ou pontos estratégicos e ficam obrigados a adotar medidas que visem evitar a existência de criadouros, depósitos e abrigos de insetos em geral e em especial Aedes Aegypti e/ou Aedes Albopictus, bem como de outros vetores transmissores de doenças, evitando o acúmulo de água e consequente proliferação do mosquito.

Art. 6º Os proprietários e/ou responsáveis por floriculturas, comercialização de plantas exóticas-ornamentais, nativas, de vasos, floreiras e/ou similares, deverão adotar cobertura total, de modo a impedir o acúmulo de água nos recipientes, bem como espécies que possuam tanques naturais acumuladores de água (família das bromeliáceas), salvo exceções para algumas espécies com características próprias de não acumulador de água, ficando o parecer sobre o risco de acumulação de água e risco de proliferação de vetores a cargo da autoridade em saúde.

Art. 7º Os responsáveis e/ou proprietários ou possuidores de imóveis em que haja construção civil, bem como execução de obras, seja em áreas públicas e/ou privadas, ficam obrigados a adotar medidas de proteção que visem o não acúmulo de água, seja oriundo ou não de chuva (caixas e cisternas), bem como realizar a manutenção e limpeza adequada dos locais, sob sua inteira responsabilidade, providenciando o gerenciamento e descarte adequado dos materiais inservíveis, estando a obra paralisada ou em andamento.

Art. 8º Nos cemitérios (sepulturas, túmulos ou monumentos funerários) não será autorizada a utilização de vasos, floreiras ou quaisquer outros tipos de recipientes que acumulem água ou que apresentem risco de acúmulo.

Art. 9º Ficam os proprietários, locatários, responsáveis e/ou possuidores, a qualquer gênero, de imóveis colocados à venda e/ou desocupados, obrigados a mantê-los com os vasos sanitários vedados, bem como caixas de água e ralos internos e externos.

Art. 10º Os imóveis que possuírem piscina deverão ter tratamento semanal à base de cloro, de modo a evitar que tal depósito sirva de oposição do mosquito Aedes Aegypti e/ou Aedes Albopictus, assim como realizar a correta vedação e cobertura da mesma em períodos em que não se fará o uso.

Art. 11º Os proprietários, locatários, responsáveis ou possuidores a qualquer gênero, de imóveis residenciais ou não, deverão adotar medidas mínimas de manutenção, tais como manter seus imóveis limpos, sem acúmulo de lixo, e no caso de serem pantanosos e/ou alagadiços, drenados e aterrados, manter vasos, floreiras ou quaisquer outros tipos de recipientes que acumulem água devidamente perfurados, evitando assim qualquer possibilidade de proliferação do mosquito Aedes Aegypti e/ou Aedes Albopictus.

Art. 12º Quando se tratar de imóvel residencial, comercial, industrial ou de outro tipo, em que esteja para venda, locação ou outro, em que exista

imobiliária ou pessoa responsável, a mesma é responsável e responde conjuntamente e solidariamente pelo imóvel, devendo zelar pelas medidas de prevenção.

Art. 13. Sempre que caracterizada a existência de vetor de doenças, com potencial de proliferação ou de disseminação, de forma a representar a risco ou ameaça à saúde pública, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente, a Secretaria Municipal de Saúde deverá determinar as medidas necessárias para o controle e contenção da referida doença.

§1º Inclui-se dentre as medidas que podem ser determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde para a contenção de doenças, o ingresso forçado nos estabelecimentos particulares e imóveis residenciais, no caso de estarem fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário, quando esse procedimento se mostrar fundamental para a contenção da doença ou do agravamento à saúde pública.

§2º Quando houver a necessidade de ingresso forçado, nos caso do § 1º, o agente público, no exercício da ação de vigilância, deverá lavar auto de infração e ingresso forçado em caso de constatar irregularidades que prejudiquem à Saúde Pública, no acúmulo de dejetos que tenham foco do Aedes Aegypti e Aedes Albopictus, no local da infração, contendo:

- I - o nome do infrator e/ou de seu estabelecimento, endereço e os demais elementos necessários à sua qualificação civil ou jurídica, quando houver;
- II - o local, data e hora da lavratura do auto de infração e ingresso forçado;
- III - a descrição do ocorrido, a menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;
- IV - a pena a que está sujeito o infrator;
- V - a declaração do autuado de que está ciente e de que responderá pelo fato administrativo e penalmente;
- VI - a assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a do autuante; e
- VII - o prazo para defesa ou impugnação do auto de infração e ingresso forçado, quando cabível.

§3º Ao lavar auto de infração, deverá o agente público instaurar Processo Administrativo, devendo obedecer às disposições da Lei Municipal nº 1324/12 (Código de Vigilância em Saúde) e, outras leis que venham a tratar sobre a saúde pública.

Art. 14. Conforme determinação da autoridade em saúde local, os estabelecimentos podem ser notificados a apresentarem Plano de Gerenciamento para Prevenção da Dengue e/ou outras doenças de interesse em epidemias, devendo informar as medidas adotadas para evitar a implantação, proliferação e disseminação das pragas e vetores de interesse em saúde pública.

Art. 15. A recusa ao atendimento das orientações e determinações sanitárias estabelecidas pela Autoridade em Saúde constitui crime de desobediência e infração sanitária, punível, respectivamente, na forma do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, da Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, da Lei Municipal 1.324/12 e todas regulamentadores, sem prejuízo da possibilidade da execução forçada da determinação, bem como das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis pela legislação brasileira.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal promoverá ações de polícia administrativa, visando a impedir hábitos e práticas que exponham a população ao risco de contrair doenças relacionadas ao Aedes Aegypti e ao Aedes Albopictus.

Art. 17. Os infratores serão punidos com as seguintes penalidades, a serem aplicadas:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - interdição para cumprimento das recomendações sanitárias;
- IV - suspensão temporária da autorização de funcionamento, por 30 (trinta) dias; e
- V - cassação da autorização de funcionamento.

Parágrafo único. A reincidência específica de cometer nova infração do mesmo tipo permanecer em infração continuada, torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Art. 18. As infrações às disposições constantes deste Decreto classificam-se em:

- I - Leves, quando detectada a existência de 1 (um) a 2 (dois) focos de vetores;
- II - Médias, de 3 (três) a 4 (quatro) focos;
- III - Graves, de 5 (cinco) a 6 (seis) focos;
- IV - Gravíssimas, de 7 (sete) ou mais focos.

Art. 19. As infrações previstas no inciso II, artigo 15 deste Decreto, estarão sujeitas à imposição de multas, sendo calculada com base no valor da Unidade Fiscal de Arrecadação – UFA, instituído pelo Decreto nº 380, de 29 de dezembro de 2005, corrigidas nos termos da legislação municipal pertinente, conforme segue:

- I - para as infrações leves, serão aplicadas 35 UFA's;
- II - para as infrações médias, serão aplicadas 70 UFA's;
- III - para as infrações graves, serão aplicadas 105 UFA's;
- IV - para as infrações gravíssimas, serão aplicadas 140 UFA's.

§1º Previamente à aplicação das multas estabelecidas neste artigo, o infrator será notificado para regularizar a situação no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual estará sujeito à aplicação dessas penalidades.

§2º Na reincidência, as multas serão sempre cobradas em dobro.

Art. 20. A competência para a fiscalização das disposições deste Decreto e para a aplicação das penalidades nela previstas caberá à Secretaria Municipal da Saúde ou outras repartições que se ache necessário, na forma a ser disciplinada.

Art. 21. A arrecadação proveniente das multas deferidas neste Decreto será destinada aos programas e serviços do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 11 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

MARCOS SCARPATO  
Secretário Municipal de Saúde

LEI Nº 1.801, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

REVOGA A LEI Nº 1.620, DE 14 DE MARÇO DE 2014, QUE CRIA A FUNÇÃO DE DIRETOR TÉCNICO MÉDICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.620, de 14 de março de 2014, que cria a função de Diretor Técnico Médico da Secretaria Municipal de Saúde e dá gratificação pelo exercício da função.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 11 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.805, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no valor de R\$ 2.570.000,00 (Dois milhões, quinhentos e setenta mil reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

15.00 – SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
15.01 – GERÊNCIA DE OBRAS  
1023 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem, Pontes e Pontilhões  
4000000.000 – Despesas de Capital  
4400000.000 – Investimentos  
4490000.000 – Aplicações Diretas  
Vínculo de Recurso – 0183000 – Operação de Crédito.....R\$ 2.570.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 2.570.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

19.00 – SECRETARIA M. DOS BALNEÁRIOS  
15.01 – GERÊNCIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIRO  
1034 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem e Pontes  
4000000.000 – Despesas de Capital  
4400000.000 – Investimentos  
4490000.000 – Aplicações Diretas  
Vínculo de Recurso – 0183000 – Fundo Operação de Crédito.....R\$ 2.570.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 2.570.000,00

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias passa a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o §1º do art. 3º c/c o art.7º, da Lei nº 1.539, de 5 de agosto de 2013.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CIRO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Obras

JEAN RICARDO CELESTINO  
Secretário Municipal de Finanças

## DECRETOS

DECRETO Nº 2.370, DE 4 DE JANEIRO DE 2016.

ESTABELECE A ADEQUAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Desdobramento da Previsão de Receita em Metas Bimestrais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, constantes nos Anexos I e II, presentes neste Decreto.

Art. 2º A base para a previsão mensal de desembolso é a emissão das Ordens de Pagamento.

Art. 3º O Chefe do Executivo estabelecerá, mediante Decreto, a adequação da programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, quando se fizer necessária, na medida em que houver variação significativa entre a programação financeira ora estabelecida e sua efetiva realização.

Art. 4º É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, sendo o servidor que lhe der causa passível de ser responsabilizado pelo valor correspondente.

Art. 5º Em atendimento ao art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000, no propósito de alcançar as metas estabelecidas nos Anexos I e II, deste Decreto, o Poder Executivo Municipal adotará medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, referente à cobrança da dívida e ao montante dos créditos tributários, as quais serão:

- I - intensificação da fiscalização tributária;
- II - atualização dos cadastros mobiliário e imobiliário;
- III - intensificação dos Processos de cobrança de Dívida ativa Administrativa e Judicial.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 4 de janeiro de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO  
Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 2.392, DE 4 DE MARÇO DE 2016.

INCLUI OS ELEMENTOS DE DESPESAS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.797, DE 4 DE MARÇO DE 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído ao orçamento do corrente exercício, a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa 33 – Outras Despesas Correntes, nas seguintes Atividades:

01 – CÂMARA DE VEREADORES  
01.01 – Câmara de Vereadores  
2001 – Manutenção das Atividades Administrativas do Poder Executivo  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários

25 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
25.001- Diretoria Administrativa  
2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCSIF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários

26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
26.02 – Operação e Manutenção do Sistema de Água  
2060 – Manutenção do Sistema de Água  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários

27 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
27.001- Fundo Municipal de Saúde  
2070 – Manutenção das Atividades Administrativas  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação  
10200 – Rec. de Impostos e de Transf. Imp -Saúde

30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
30.001- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores  
2079 – Pagamento de Servidores do IPRESF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta  
023031 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência

Art. 2º Fica aberto o crédito especial no valor R\$ 706.400,00 (Setecentos e seis mil e quatrocentos reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016, combinado com o Inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA DE VEREADORES  
01.02 – Câmara de Vereadores  
2001 – Manutenção das Atividades Administrativas do Poder Executivo  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 94.000,00

25 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
25.001- Diretoria Administrativa  
2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCSIF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 64.000,00

26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
26.02 – Operação e Manutenção do Sistema de Água  
2060 – Manutenção do Sistema de Água  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 127.400,00

27 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
27.001- Fundo Municipal de Saúde  
2070 – Manutenção das Atividades Administrativas  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação  
10200 – Rec. de Impostos e de Transf. Imp-saúde.....R\$ 410.000,00

30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
30.001- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores  
2079 – Pagamento de Servidores do IPRESF  
3300 – Outras Despesas Corrente  
3391 – Aplicação Direta Decorrente de Operação  
20301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência...R\$ 11.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 706.400,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

01 – CÂMARA DE VEREADORES  
01.003 - Câmara de Vereadores  
2001 – Manutenção das Atividades Administrativas do Poder Executivo  
300000 – Despesas Corrente  
310000 – Pessoal e Encargos Sociais  
319000 – Aplicação Direta  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 94.000,00

25 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL  
25.001- Diretoria Administrativa  
2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCSIF  
300000 – Despesas Corrente  
310000 – Pessoal e Encargos Sociais  
319000 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 64.000,00

26 – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
26.002 – Operação e Manutenção do Sistema de Água  
2060 – Manutenção do Sistema de Água  
3190 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 127.400,00

27.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
27.001 - Fundo Municipal de Saúde  
2070 – Manutenção das Atividades Administrativas  
3000 – Despesas Corrente  
3100 – Pessoal e Encargos Sociais  
3190 – Aplicação Direta  
10200 – Rec. de Impostos e de Transf. Imp-saúde.....R\$ 410.000,00

30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES  
30.001- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores  
2081 – Pagamento dos Aposentados  
3000 – Despesas Corrente  
3100 – Pessoal e Encargos Sociais  
3190 – Aplicação Direta  
20301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência...R\$ 11.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 706.400,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO  
Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 2.393, DE 4 DE MARÇO DE 2016.

INCLUI OS ELEMENTOS DE DESPESAS AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.798, DE 4 DE MARÇO DE 2016.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.798, de 4 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído ao orçamento do corrente exercício, a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa 33 - Outras Despesas Correntes, na seguinte Atividade:

- 10 – Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas
- 10.04 - Setor de Benefícios e Remuneração
- 2014 – Manutenção do Programa de Gestão de Pessoas
- 3300 –Outras Despesas Corrente
- 3391 –Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
- 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º Fica aberto o crédito especial no valor R\$2.806.998,00 (dois milhões, oitocentos e seis mil e novecentos e noventa e oito reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade a Lei Municipal nº. 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016, combinado com o inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

- 10 – Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas
  - 10.04 - Setor de Benefícios e Remuneração
  - 2014 – Manutenção do Programa de Gestão de Pessoas
  - 3300 –Outras Despesas Corrente
  - 3391 –Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
  - 10000 – Recursos Ordinários.....R\$ 2.806.998,00
- TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R\$ 2.806.998,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Especial que trata o Art. 2º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

- 30 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
  - 30.001 - Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores
  - 9777 – Reserva de RPPS
  - 7790 – Reserva do RPPS
  - 10000 – Recursos Ordinários.....R\$2.806.998,00
- TOTAL DAS ANULAÇÕES.....R\$ 2.806.998,00

Parágrafo único. Esta anulação se faz necessária para corrigir a Lei Orçamentária, devido ao erro de interpretação na elaboração do orçamento entre Déficit Previdenciário Atuarial do RPPS e Déficit Financeiro do RPPS, pois entendíamos que se tratava de Déficit Financeiro do RPPS, e os repasses seriam contabilizados por Transferências Financeiras, onde não há execução orçamentária. Entretanto, no caso do nosso município, onde existe um Plano de Amortização dos Aportes periódicos para cobertura do Déficit Previdenciário Atuarial, estabelecido através do Decreto nº 2.320/2015, os repasses se caracterizam como Despesas Intraorçamentárias no Grupo de Natureza da Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, fazendo necessária a execução orçamentária e o registro da Receita Corrente Intraorçamentária na Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

JEAN RICARDO CELESTINO  
Secretário Municipal de Finanças

DECRETO Nº 2.394, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso I, do artigo 7º, da Lei Municipal nº. 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016, combinado com o inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação:

- 07.00 - Departamento Municipal de Trânsito
  - 07.001- Gerência Técnica
  - 2009 - Manutenção do Convênio de Trânsito com a Polícia
  - 4490 - Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00
  - Vínculo de Recursos: 11000 – Convênio de Trânsito - Militar
- TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 3.000,00

Art. 2º O recurso necessário à execução do artigo anterior, será proveniente de anulação da seguinte dotação orçamentária:

- 07.00 - Departamento Municipal de Trânsito
  - 07.001 - Gerência Técnica
  - 2009 - Manutenção do Convênio de Trânsito com a Polícia
  - 3390 - Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00
  - Vínculo de Recursos: 11000 – Convênio de Trânsito – Militar
- TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 11 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

GILBERTO DE MOURA  
Diretor Geral do DEMTRAN

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
DECRETO Nº 2.394, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

O presente Decreto tem por finalidade aquisição de equipamentos para serem utilizados pelo efetivo da Polícia Militar de São Francisco do Sul, conforme convênio de Trânsito.

São Francisco do Sul – SC, 11 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

GILBERTO DE MOURA  
Diretor Geral do DEMTRAN

DECRETO Nº 2.396, DE 21 DE MARÇO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.805, de 21 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional no valor de R\$ 2.570.000,00 (dois milhões, quinhentos e setenta mil reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.785, de 18 de dezembro de 2015, que aprovou o orçamento para o exercício de 2016 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

- 15.00 – SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
  - 15.01 – GERÊNCIA DE OBRAS
  - 1023 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem, Pontes e Pontilhões
  - 4000000.000 – Despesas de Capital
  - 4400000.000 – Investimentos
  - 4490000.000 – Aplicações Diretas
  - Vínculo de Recurso – 0183000 – Operação de Crédito.....R\$ 2.570.000,00
- TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 2.570.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

- 19.00 – SECRETARIA M. DOS BALNEÁRIOS
  - 15.01 – GERÊNCIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIRO
  - 1034 – Pavimentação, Revitalização, Drenagem e Pontes
  - 4000000.000 – Despesas de Capital
  - 4400000.000 – Investimentos
  - 4490000.000 – Aplicações Diretas
  - Vínculo de Recurso – 0183000 – Fundo Operação de Crédito.....R\$ 2.570.000,00
- TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 2.570.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 21 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CIRO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Obras

JEAN RICARDO CELESTINO  
Secretário Municipal de Finanças

PORTARIAS

PORTARIA nº 12.789 de 10 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, bem como a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme Procedimento Administrativo nº 4581, protocolado em 04 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal, JOICE MARION DIAS PEREIRA, matrícula funcional nº 229997-0, inscrita no CPF sob o nº 751.261.769-00, ocupante de cargo público efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
06/06/1977	21/07/1977	MALHARIA PRINCESA SA	0 ano, 01 mês, 16 dias
11/10/1977	11/10/1978	MASSA FALIDA DE MALHARIA NERISI LTDA - ME	01 ano, 0 mês, 01 dia
04/04/1979	31/10/1979	FRIGORIFICO CEMIN LTDA	0 ano, 06 meses, 27 dias
12/11/1979	31/12/1979	EUGENIO WEGNER LTDA	0 ano, 01 mês, 19 dias
01/07/1980	12/11/1982	ASS ASSISTENCIAL SANTO ANTONIO	02 anos, 06 meses, 0 dias
03/01/1983	30/12/1984	INSTITUTO JOINVILLESE DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA	01 ano, 11 meses, 28 dias
01/04/1985	06/09/1986	INSTITUTO JOINVILLESE DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA	01 ano, 05 meses, 06 dias
01/11/1986	20/12/1986	HONJO SA COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS	0 ano, 01 mês, 20 dias
19/01/1987	09/04/1987	ALCEU ABAGGE E CIA LTDA - ME	0 ano, 02 meses, 21 dias
03/08/1987	31/10/1987	MOVEIS PINHEIRO LTDA	0 ano, 02 meses, 28 dias
07/12/1987	05/03/1988	MOINHO GRACIOSA LTDA-ME	0 ano, 02 meses, 29 dias
01/08/1988	19/06/1989	MICHELLE DOUAT	0 ano, 10 meses, 19 dias
17/05/1991	26/05/1991	GEIRE TEMPORARIO S/A	0 ano, 0 mês, 10 dias
01/07/1991	03/02/1992	ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ENSINO	0 ano, 07 meses, 03 dias
01/02/1993	31/12/1993	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	0 ano, 11 meses, 0 dia
01/02/1994	31/12/1994	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	0 ano, 11 meses, 0 dia
06/02/1995	09/07/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	20 anos, 05 meses, 04 dias

Anexo I da PORTARIA nº 12.789 de 10 de março de 2016.

Parágrafo único: O tempo de contribuição corresponde a 11.821 dias, equivalente a 32 anos, 04 meses e 21 dias.

Art. 2º - As informações acima foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, expedida em 03 de março de 2016, através do protocolo nº 20024070.1.00010/16-0.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 10 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.790 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE a servidora ELAINE NAZARETH SANTOS SOUZA CARDOSO, inscrita no CPF sob o nº 026.550.569-06, aprovada no Concurso Público nº 001/2012, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, nível AFS1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 13 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 13 de março de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.791 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 93, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003 e conforme solicitação a pedido pelo Processo Administrativo nº 17148, de 30 de novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a partir de 14 de março de 2016, Licença Sem Remuneração, para tratar de Assuntos Particulares, pelo período de 02 (dois) anos, a pedido da servidora DANIELA THOMAZI PEREIRA, matrícula funcional nº 8000174.1, inscrita no CPF sob o nº 827.636.740-20, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.792 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 2752 de 11 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Graduação, em Engenharia Mecânica, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor estatutário ALEXANDRE DALBO LISBOA, matrícula funcional nº 432687-1, a partir da data do Processo nº 2752 de 11 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.793 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 2759 de 11 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Graduação, em Licenciatura em Filosofia, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor estatutário NILTON MAMEDES, matrícula funcional nº 405493-0, a partir da data do Processo nº 2759 de 11 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.794 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 4280 de 01 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-Graduação, em Administração em Agronegócios e Biotecnologia, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor estatutário DIRCEU GRASSI, matrícula funcional nº 639435-0, a partir da data do Processo nº 4280 de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus

seus efeitos retroativos a 01 de março de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.795 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 2792 de 11 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Graduação, em Tecnologia em Gestão Pública, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor estatutário INARAHO ROBERTO IZAURO, matrícula funcional nº 223573-0, a partir da data do Processo nº 2792 de 11 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 11 de fevereiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.796 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 4323 de 01 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-Graduação, em Neuropedagogia e Educação Especial, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a servidora estatutária IVANA ALVES DE BORBA, matrícula funcional nº 628573-7, a partir da data do Processo nº 4323 de 01 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.797 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 4666 de 07 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-Graduação, em stricto sensu, em nível de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a servidora estatutária VANESSA APARECIDA DE MEIRA, matrícula funcional nº 7991380-5, a partir da data do Processo nº 4666 de 07 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 07 de março de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.798 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 78, § 4º da Lei Complementar Municipal nº 008, de 30 de outubro de 2003, em conformidade com a solicitação a pedido, pelo Processo Administrativo nº 16636, protocolado em 18 de novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR a pedido, os efeitos da Portaria nº 3858, de 12 de novembro de 2008, que concedeu Auxílio Escolar para a servidora estatutária SUELEN CRISTINE MENDES DA ROCHA RODRIGUES, matrícula funcional nº 628379-3.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 18 de novembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.799 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 4171 de 29 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-Graduação, em Neuropedagogia e Educação Especial, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a servidora estatutária CRISTIANE ZERGER, matrícula funcional nº 7994796-4, a partir da data do Processo nº

4171 de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 29 de fevereiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.800 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 4168 de 29 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-Graduação, em Neuropedagogia e Educação Especial, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a servidora estatutária VIVIANE DA GLORIA, matrícula funcional nº 7990758-1, a partir da data do Processo nº 4168 de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 29 de fevereiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.801 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, conforme a Lei Municipal nº 224 de 30 de junho de 2003 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, CIZOMAR BAVARESCO REBELO, brasileiro residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 050.117.389-73, do cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC-04, da Secretaria Municipal de Educação, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 14 de março de 2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.802 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Com fundamento no Artigo 72, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, e conforme Processo nº 2111 de 02 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a servidora SIMONE CRISTINA DA COSTA BATISTA GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, nível AFS1, incorporação a proporção de 3/5 (três quintos) a sua remuneração, sendo:

a) 3/5 (três quintos) da diferença entre o seu vencimento e a remuneração da função de Coordenadora de CMEI, no percentual de 60% (sessenta por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.803 de 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme solicitação a pedido pela CI nº 023, de 15 de março de 2016, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, "a pedido" da servidora GLAUCIA MARADIAS, matrícula funcional nº 223468.0, da função de confiança de Auxiliar de Direção da "EBM CAIC IRMÃ JOAQUINA BUSARELLO", com gratificação no percentual de 60% (sessenta por cento), sobre o vencimento de 40 (quarenta) horas semanais do cargo de Professora de Ensino Fundamental I, da Secretaria Municipal de Educação, na estrutura administrativa da Prefeitura, a partir de 14 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

São Francisco do Sul, 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.804 de 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme solicitação a pedido pelo Processo Administrativo nº 4504, de 03 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, "a pedido" da servidora MARIA DO CARMO MAURER, matrícula funcional nº 578061-2, da função de confiança de Auxiliar de Direção da "EBM Dr. FRANKLIN DE OLIVEIRA", com gratificação no percentual de 50% (cinquenta por cento), sobre o vencimento de 40 (quarenta) horas semanais do cargo de Técnico Pedagógico – Supervisora Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, na estrutura administrativa da Prefeitura, a partir de 03 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com seus efeitos retroativos a 03 de março de 2016.

São Francisco do Sul, 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.805 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, conforme Processo Administrativo nº 3291, protocolado em 22 de fevereiro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR, os efeitos da Portaria nº 9.154, de 06 de março de 2013, que concedeu gratificação de Adicional de Titulação, a servidora estatutária IVANA ALVES DE BORBA, matrícula funcional nº 628573-7.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 22 de fevereiro de 2013.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.806 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município. Combinado com o Artigo 26 da Lei Complementar nº 003/2003, Estatuto do Magistério Público Municipal e conforme solicitação a pedido pelo Processo Administrativo nº 17727 de 11 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, "Licença Remunerada", para freqüentar o Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado Profissional em Letras/PROFLETRAS da Universidade Federal de Santa Catarina, aulas presenciais todas as "segundas e terças-feiras" nos turnos: matutino das (08h às 12h) e vespertino das (14h às 18h), a pedido da servidora estatutária ELAINE CRISTINE DA SILVA PINTO, matrícula funcional nº 516988-07, inscrita no CPF sob nº 041.878.669-06, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental II - Disciplina em Português, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período de 02 (dois) anos, com início em 07 de março de 2016 e, término em 07 de março de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.807 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município. Combinado com o Artigo 26 da Lei Complementar nº 003/2003, Estatuto do Magistério Público Municipal e conforme solicitação a pedido pelo Processo Administrativo nº 1486 de 26 de janeiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, "Licença Remunerada", para freqüentar o Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Educação, na FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ/UNIVILLE, aulas presenciais todas as "segundas, terças e quartas-feiras" no turno vespertino das (14h às 18h), a pedido do servidor estatutário ERNESTO DOS SANTOS CORDEIRO, matrícula funcional nº 8028702.1, inscrito no CPF sob nº 051.798.439-36, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental II - Disciplina de História, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com início em 21 de março de 2016, com o término previsto em 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.808 de 14 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Com fundamento no Artigo 72, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, e conforme Processo nº 1885 de 01 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a servidora ANA CAROLINE DOS SANTOS SCHMOKEL, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, nível AFS1, incorporação a proporção de 3/5 (três quintos) a sua remuneração, sendo:

a) 3/5 (três quintos) da diferença entre o seu vencimento e a remuneração da função de Coordenadora de CMEI, no percentual de 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 14 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.809 de 15 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 008/2003, conforme Processo Administrativo nº 983 de 18 de janeiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Auxílio Escolar para o Curso de Pós-Graduação stricto sensu, em nível de Mestrado em Educação, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, a servidora estatutária, JANDIRA INEZ GARCIA DOS SANTOS, matrícula funcional nº 7910207-1, a partir da data do Processo nº 983 de 18 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 18 de janeiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 15 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.810 de 15 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.674, de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, o servidor ROBISON SIQUEIRA ROSA, matrícula funcional nº 50854-3, inscrito no CPF sob o nº 659.128.880-53, com o cargo de provimento efetivo de Médico, nível 25, da função gratificada de Médico Especialista – GEMESP na Especialidade de Cirurgia Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 2º - "Por conta da dispensa mencionada no Art. 1º, o referido servidor não mais receberá a gratificação.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 15 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.811 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Municipal nº 077, de 23 de outubro de 2015 e conforme Processo Administrativo nº 4028, de 25 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - ENQUADRAR no cargo denominado Médico Especialista, nível 05 por tempo de serviço, com a Carga Horária de 10 (dez) horas semanais, o servidor ROBISON SIQUEIRA ROSA, matrícula funcional nº 508543-2, inscrito no CPF sob o nº 659.128.880-53, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 077, de 23 de outubro de 2015, a partir de 07 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 07 de março de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.812 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, Com fundamento no Art. 90, parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015 e Convênio nº 18, de 01 de outubro de 2015, firmado entre o Município e a Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, disponibilidade funcional ao servidor JOSE CARLOS MANSUR, matrícula funcional nº 228150, inscrito no CPF sob o nº 449.775.220-87, com o cargo de provimento efetivo de Médico Especialista do Trabalho, para exercer o cargo junto a Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, observado o disposto no Art. 90, parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 72/2015.

Parágrafo Único – O servidor acima será cedido todas as quintas-feiras no período vespertino das (14:30h às 16:30h), pelo prazo de 03(três) meses a contar de 17 de março a 15 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.813 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município; Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF, conforme art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, e do art. 45, da Lei Complementar Municipal nº 72/2015 e declarar a VACÂNCIA do cargo público da servidora MARIA HELENA DO NASCIMENTO

DE OLIVEIRA.

RESOLVE:

Art. 1º - APOSENTAR, por tempo de contribuição, em caráter integral conforme o art. 45, da Lei Complementar Municipal nº 72/2015, a servidora MARIA HELENA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA, matrícula funcional nº 228982, inscrita no CPF sob o nº 619.319.939-04, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE COZINHA, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Autorizar o pagamento dos proventos integrais de aposentadoria ao tempo de contribuição, nos termos do art. 45, da Lei Complementar Municipal nº 72/2015, que serão pagos mensalmente pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Francisco do Sul - IPRESF.

Art. 3º - Declarar a VACÂNCIA do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 31 da Lei Complementar Municipal nº 008/2003.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

EFRAIM TINO PEREIRA  
Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município - IPRESF

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.814 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, bem como a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme Procedimento Administrativo nº 5109, protocolado em 15 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal, LINDONOR SOUZA DA SILVA, matrícula funcional nº 217280, inscrita no CPF sob o nº 446.435.609-59, ocupante de cargo público efetivo de TÉCNICO PEDAGÓGICO – ORIENTADOR EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
01/05/1980	09/07/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	35 anos, 02 meses, 09 dias.

Parágrafo único: O tempo de contribuição corresponde a 12.844 dias, equivalente a 35 anos, 02 meses e 09 dias.

Art. 2º - As informações acima foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, expedida em 03 de março de 2016, através do protocolo nº 20024070.1.00024/16-1

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.815 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, bem como a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme Procedimento Administrativo nº 5207, protocolado em 16 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição da servidora pública municipal, ROSIMERI SCHAFFUSER, matrícula funcional nº 577537, inscrita no CPF sob o nº 549.624.479-04, ocupante de cargo público efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos seguintes períodos:

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
20/02/1984	14/02/1985	MUNICIPIO DE MAFRA	0 ano, 11 meses, 25 dias
13/02/1985	08/02/2000	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO	14 anos, 11 meses, 24 dias.
22/02/2000	25/02/2003	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	03 anos, 0 mês, 04 dias.
25/02/2003	09/07/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	12 anos, 04 meses, 14 dias.

Parágrafo único: O tempo de contribuição corresponde a 11.442 dias, equivalente a 31 anos, 04 meses e 07 dias.

Art. 2º - As informações acima foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, expedida em 15 de março de 2016, através do protocolo nº 20024070.1.00013/16-0

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.816 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, bem como a Instrução Normativa TC – 11/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme Procedimento Administrativo nº 5157, protocolado em 15 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, para todos os efeitos, o tempo de contribuição do servidor público municipal, JOELSON TIBURCIO DOS PASSOS, matrícula funcional nº 419052, inscrito no CPF sob o nº 352.075.589-00, ocupante de cargo público efetivo de ASSISTENTE EXECUTIVO, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Administração, referente aos seguintes períodos:

INÍCIO	FIM	EMPRESA/ORGÃO	TEMPO
01/07/1978	12/05/1989	COMPANHIA CATARINENSE DE ARMAZENAMENTO COCAR	10 anos, 10 meses, 12 dias

08/08/1990	30/12/1990	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	DE	Q.ano, 04 meses, 23 dias
24/04/1992	09/07/2015	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL	DE	23 anos, 02 meses, 16 dias

Parágrafo único: O tempo de contribuição corresponde a 12.581 dias, equivalente a 34 anos, 05 meses e 21 dias.

Art. 2º - As informações acima foram extraídas da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, expedida em 15 de março de 2016, através do protocolo nº 20024070.1.00007/16-0.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.817 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.674, de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, a servidora ADRIANA FIGUEIREDO REIS, matrícula funcional nº 814468.0, inscrita no CPF sob o nº 220.149.038-40, com o cargo de provimento de Médico, nível 20, da função gratificada de Médico Especialista – GEMESP na Especialidade em Oftalmologia, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 2º - "Por conta da dispensa mencionada no Art. 1º, o referido servidor não mais receberá a gratificação.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.818 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.674, de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, o servidor ALCELIO DE JESUS DO AMARAL, matrícula funcional nº 407208-01, inscrito no CPF sob o nº 619.628.219-00, com o cargo de provimento de Médico, nível 05 por tempo de serviço, da função gratificada de Médico Especialista – GEMESP na Especialidade de Cardiologista, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º - "Por conta da dispensa mencionada no Art. 1º, o referido servidor não mais receberá a gratificação.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.819 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.674, de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, o servidor ALEXANDRE HAHN, matrícula funcional nº 58254.9, inscrito no CPF sob o nº 802.641.239-72, com o cargo de provimento de Médico, nível 03 por tempo de serviço, da função gratificada de Médico Especialista – GEMESP na Especialidade de Anestesiologia, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 2º - "Por conta da dispensa mencionada no Art. 1º, o referido servidor não mais receberá a gratificação.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.821 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.674, de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, o servidor LUIZ FERNANDO RAPOSO DEUD, matrícula funcional nº 4157.2, inscrito no CPF sob o nº 446.429.389-15, com o cargo de provimento de Médico, nível 20, da função gratificada de Médico Especialista – GEMESP na Especialidade de Cirurgia Geral, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 2º - "Por conta da dispensa mencionada no Art. 1º, o referido servidor não mais receberá a gratificação.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.822 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.674, de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, o servidor MARCELO DE BARROS LISBOA, matrícula funcional nº 54924.0, inscrito no CPF sob o nº 904.372.768-72, com o cargo de provimento de Médico, nível 05 por tempo de serviço, da função gratificada de Médico Especialista – GEMESP na Especialidade em Dermatologia, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º - "Por conta da dispensa mencionada no Art. 1º, o referido servidor não mais receberá a gratificação.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.823 de 17 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.674, de 25 de agosto de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, o servidor RONALDO BEZERRA DA SILVA, matrícula funcional nº 6414130.4, inscrito no CPF sob o nº 325.080.181-04, com o cargo de provimento de Médico, nível 05 por tempo de serviço, da função gratificada de Médico Especialista – GEMESP na Especialidade em Psiquiatria, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º - "Por conta da dispensa mencionada no Art. 1º, o referido servidor não mais receberá a gratificação.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de dezembro de 2015.

São Francisco do Sul (SC), 17 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.824 de 18 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE a servidora DAIANE FERREIRA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 052.857.419-12, aprovada no Concurso Público nº 002/2010, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, nível AFS1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 18 de março de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 18 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.825 de 18 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e combinado com o Art. 79, §§ 3º e 4º, ambos da Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a homologação do Resultado Eleitoral, publicado no Diário Oficial do Município em 04 de setembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, membros do CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF, para o exercício no biênio 2015/2017, a saber:

Conselheiros Titulares		
Matrícula	Servidor	Nomeação
580139	LUCIANE JANAINA CARDOSO ROMÃO	Eleita
79956102	MAXIMILIAN SCHARMITZEL	Eleito
78925940	EDUARDA ACIONE DA SILVA KIRCHCHOFF DA ROCHA	Indicada
96	ROBERSON ALBERTO MACIEL	Indicado

Conselheiros Suplentes		
Matrícula	Servidor	Nomeação
79107701	ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS	1º Suplente - Eleita
10	CELIO CANABARRO VIDAL	2º Suplente - Eleito
5099651	OLINDA MARIA MACHADO DE SOUZA BRANCO	1º Suplente - Indicada
80052901	HELOIZA FERNANDA DA COSTA	2º Suplente - Indicada

Parágrafo Único - Aos Servidores Nomeados ficam observados os cumprimentos do disposto nos §§ 1º, 8º do Art. 79, §§ 1º, 2º do Art. 88 da Lei Complementar Municipal nº 72/2015, a partir da publicação da homologação do certame;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.517 de 04 de janeiro de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 18 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.826 de 18 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e combinado com o Art. 78, da Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a partir de 18 de março de 2016, o servidor MAXIMILIAN SCHARMITZEL, matrícula funcional nº 7995610, inscrito no CPF sob o nº 060.910.389-07, com o cargo efetivo de Assistente Executivo, para exercer sua função gratificada no Conselho Administrativo da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, no exercício de 2015/2017.

Art. 2º - "Ao servidor designado para exercer a função gratificada no Conselho Administrativo da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, será atribuída gratificação, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 72, de 10 de julho de 2015, não sendo ela acumulável e incorporável para qualquer efeito".

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul (SC), 18 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 12.827 de 18 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ALESSANDRA DOS SANTOS VIEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, matrícula funcional nº 7950209-0, inscrita no CPF sob o nº 048.744.359-47, para exercer a função de Chefe e Assistência Subalterna na Divisão de Informática, CAS-01, da Secretaria Municipal de Saúde, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 01 de março de 2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01 de março de 2016.

São Francisco do Sul (SC), 18 de março de 2016.

LUIZ ROBERTO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LUCIENE JOSINETE BLANSKI DOIN  
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas

EXPEDIENTE

**Boletim Oficial de São Francisco do Sul** Criado através da Lei Municipal nº 795, de 17 de novembro de 1982 | **Produção** Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul | **Endereço** Praça Getúlio Vargas, 01. Centro. São Francisco do Sul. Cep 89240-000 | **Telefone** 47/3471-2222 | **E-mail** imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br | **Homepage** [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)

**Como publicar atos no BOSFS** Atos Oficiais da administração direta e indireta da PMSFS devem ser encaminhados para publicação no Boletim Oficial de SFS diretamente à Assessoria de Comunicação. Os atos devem ser enviados por meio eletrônico ao e-mail imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br em um único arquivo, em formato .doc, contendo apenas texto, sem qualquer tipo de imagem, como escudo, logomarca, símbolo ou assinatura. O prazo para aproveitamento na edição da mesma semana vão até as 15h das sextas-feiras